

A civilização, a cidade e o indivíduo em *A Peste* de Albert Camus

Hudson dos Santos Barros - (mestrando em Ciência da Literatura, Literatura Comparada, UFRJ)

Resumo

Em seu romance *A Peste*, Camus mostra indivíduos cujas vontades estão entregues ao desconhecido. Uma peste muda o ritmo da cidade e inicia uma nova rotina para os habitantes de Oran, cidade costeira situada ao norte da Argélia. Nessa obra, Camus dialoga com Freud ao apresentar uma relação conflituosa entre o indivíduo e a civilização. Em seu famoso ensaio *O mal-estar da civilização*, Freud afirma que “... o que chamamos de nossa civilização é em grande por nossa desgraça...”. É, portanto, a partir do texto de Camus e sua proximidade com as indagações do psicanalista alemão, que esta comunicação pretende se desenvolver. Assim, no presente trabalho será realizada uma discussão acerca da impossibilidade humana diante dos conflitos que regem a vida do indivíduo, a cidade e a civilização de um modo geral.

I - Introdução

Em seu famoso ensaio *O mal-estar da civilização*, Freud diz que "... o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas." (p.105) Essa provocadora afirmação do psicanalista alemão é um grande resumo de seu ensaio e de suas idéias sobre as condições a que está submetido o ser humano civilizado. Para Freud, a civilização, ao mesmo tempo em que nos oferece uma proteção contra a natureza, nos obriga a uma série de ajustamentos nos comportamentos. Ou seja, o ser civilizado deve submeter-se a uma regulação, deve abdicar de seus instintos para a manutenção e perpetuação da sociedade em que se insere. A civilização, segundo o psicanalista, é um estado de sofrimento. Portanto, nela não há felicidade, mas uma série de ajustamentos sobre o princípio do prazer. Enquanto este princípio programa o ser humano para ser feliz, as estruturas do processo civilizatório o limitam em suas ações restringindo sua busca pelo prazer.

Segundo Freud, *eros* (amor como satisfação sexual) e *ananke* (necessidade) são os pais da civilização. No amor, ser humano está sujeito à possibilidade de rejeição e de perda. A busca pela satisfação pode expô-lo a um grande sofrimento. Sofrimento causado tanto pela perda da fonte de desejo quanto pela não liberação da energia sexual. A civilização restringe a satisfação sexual, mas não somente esta. Além disso, torna-se necessário restringir a agressividade. Para Freud, o homem não é uma criatura gentil, mas alguém que se satisfaz também com a agressividade. Em sua inserção na sociedade, é imprescindível que esse instinto seja dominado. Na descoberta e na realização do trabalho, o ser humano torna-se um ser social por meio do sacrifício dos instintos, arraigado em uma rede operações que exige uma cooperação dos esforços e uma conduta consensual.

Com pensamento análogo ao de Freud, no que se refere aos processos civilizatórios, Elias (1994) diz que a regulação da conduta é parte fundamental para a perpetuação da civilização. Para ele, o autocontrole é a instância reguladora a que o indivíduo civilizado se submete para a prevenção de transgressões no comportamento social. Ao automatizar seu modo de agir, o

indivíduo garante a saúde do corpo social, já que não permite a exacerbação das paixões e das ações violentas. Estas eram características dos guerreiros, cuja pedagogia da vitória fazia com que o mais forte pudesse dar livre rédea às suas emoções. Todos os que lhe eram hostis eram dominados pela força e escravizados ao seu desejo. Era a lógica do individualismo e da violência. Todavia, com a reorganização dos relacionamentos humanos, essa lógica foi se reestruturando. Uma maior interdependência entre as ações devido à ampliação das funções sociais transformou essa livre vontade em um conjunto de ações integradas dos indivíduos. Nasce, então, a autodisciplina ativa e constante, a subordinação das emoções momentâneas e o hábito automatizado.

Retomando novamente Freud, cabe dizer que, para o psicanalista, a civilização é um lugar de constante conflito entre a liberdade individual e as necessidades do grupo. Por isso, a felicidade é sempre algo episódico e não permanente. O indivíduo civilizado está constantemente submetido à perda. Inserido na coletividade, ele necessita submeter-se às leis que regem o grupo e moldam ações, desde as mais gerais até as mais íntimas. Desse modo, há uma espécie de direito de poder da comunidade sobre o indivíduo. Este deve sacrificar seus instintos e restringir sua satisfação para que o grupo seja perpetuado. Em nome da coletividade, o ser humano civilizado tem que se permitir um controle de seus desejos e de seus atos.

Portanto, é baseado nesse conflito entre o particular e o geral, entre o indivíduo e a sociedade, entre a civilização e o ser humano, que se pretende realizar uma discussão sobre esse tema com base no romance *A Peste*, de Albert Camus. Mais especificamente, este trabalho visa mostrar como Camus permite uma reflexão significativa sobre o assunto. Os personagens desse famoso jornalista e escritor do cenário francês são pessoas em conflito com as conjunturas em que vivem. Eles são seres revoltados e em busca da liberdade individual, são pessoas sufocadas pela impossibilidade diante de uma realidade (ou realidades) que não permite(m) ao indivíduo o exercício de sua vontade. Frente ao mundo e à civilização, seus sentimentos, seus desejos e ações estão à mercê de forças que não se podem controlar. Ao contrário, é a força da lei que controla, lei que exerce seu poder tanto no plano político como nas ações que constroem a identidade do sujeito.

Cabe dizer que, ao serem usados os termos ‘civilização’ ou ‘sociedade’, será incluída principalmente a interação do indivíduo com a metrópole. Isso porque em Camus, o ambiente citadino revela o *mal-estar* da civilização. Desse modo, no presente ensaio haverá discussões sobre essa relação conflituosa do indivíduo que se insere na lógica desumanizante da cidade. É importante, contudo, antes de se começar a discutir os textos, uma rápida revisão teórica acerca do tema da metrópole.

II - O imaginário da cidade

Na Grécia antiga, a *pólis* (ou a cidade) era considerada o lugar ideal. Era o lugar onde o homem da aristocracia mostrava sua honra e força física estando integrado a um conjunto de relações sociais que o conferiam um certo grau de poder e liberdade de ação política. Séculos mais adiante, o imaginário iluminista constrói uma concepção da cidade como lugar ideal de progresso. Para os iluministas, a cidade era onde o progresso conduziria o indivíduo à felicidade pelo uso efetivo da racionalidade. Tais concepções da cidade como esse lugar ideal sucumbe drasticamente com o advento da modernidade. No mundo moderno, a suposta liberdade e felicidade da vida citadina cede lugar ao automatismo e à coisificação. Na cidade moderna, a individualidade é reduzida ao adestramento do movimento da multidão que se desloca mecanicamente para sua rotina de trabalho. Benjamim (2000, p.124) descreve a multidão como algo que despertava medo, repugnância e horror naqueles que a viam pela primeira vez. Nesse momento, o ser humano se entrega à mecanização e à disciplina. A multidão é o lugar da uniformidade dos gestos e das ações, é onde as pessoas se inserem cegamente na cruel lógica capitalista e abdicam de suas vidas. Assim diz ainda Benjamim (p. 126): “À vivência do choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a vivência do operário com a máquina.” Da mesma forma que a máquina na indústria, os transeuntes automatizavam-se, eles se deixavam conduzir pela disciplina e pela selvageria da ação massificada. Esse era o cenário incipiente (final do século XVIII) do que até hoje se chama de metrópole moderna.

Baudelaire foi um poeta escreveu de forma magnífica essa transformação da cidade. Ele viveu em Paris no tempo das reformas urbanas e da consolidação do capitalismo. Em seu poema, *Sonho Parisiense*, ele escreve: *O sono engendra assombros vários! / Por capricho singular / Banira eu já desses cenários / O vegetal irregular*. Mais não somente uma modificação física acontecera: *Quando meus olhos eu reabri / O horror surgiu numa visão, / E na minha alma eis que senti / O gume agudo da aflição*. Como se vê, o poeta não se limita a admirar cegamente a transformação; algo a mais mudou: além do cenário, a dinâmica das relações também sofreu alteração. Contudo, o progresso, que supostamente levaria o ser humano a ter uma vida melhor, trouxe a exclusão, a massificação ou, como diz Baudelaire, o horror e a aflição.

Bueno (2000, p. 92) enfatiza o fato de que a aposta de um progresso infinito, no sentido positivo e linear da história, rumo a uma sociedade coesa e igualitária nunca foi alcançada. Essa aposta é, na verdade, uma promessa de felicidade sempre adiada. A urbanização, ocorrida no decorrer dos vários anos, foi um processo negativo, pois exigiu do trabalhador sacrifício, renúncia, trabalho dobrado e aceitação do que é negado em prol de um estado de vida melhor que nunca ocorreu e que se sempre se projeta para o futuro. Na sociedade urbana, a idealização de um progresso por meio do capitalismo exerceu uma grande força na condução das ações e do sentimento social. Contudo, tal idealização sucumbe diante de realidade que escraviza o indivíduo e o transforma em mercadoria. No elo social, o trabalho é agente alienador; ele adentra o trabalhador e o torna dependente da miséria. Na cidade, não há uma vontade consciente, mas estranheza ou estranhamento criado pela divisão de trabalho, pelo sistema produtor de mercadorias e pelo fetiche da mercadoria. Nesse cenário, o homem urbano é isolado ou absorvido na massa, um alguém alienado, estranho a si mesmo e ao mundo em que habita.

Nessa ordem do caos e do estranhamento urbano, todo um sistema para a manutenção da ordem é realizado. Até mesmo a cultura possui esse papel. Adorno, em sua obra *Dialética do Esclarecimento*, diz: “A cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários e, não apenas os bárbaros. A cultura industrializada faz algo a mais. Ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável.” (p.143)

Diz ainda: “Ao serem reproduzidas, as situações desesperadas que estão sempre a desgastar os espectadores em seu dia-a-dia tornam-se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver.” (ibid.) Na sociedade urbana, onde a desigualdade e o conflito se manifestam cruelmente sobre o trabalhador, deve-se impedir qualquer atitude que modifique a estrutura. Esta é a lógica da cidade e da civilização.

É, justamente, inserido nessa lógica dos caos, do conflito, do estranhamento, do horror, da aflição e da impossibilidade, que a discussão dos romances de Camus irão se desenvolver. Como já foi dito anteriormente, os personagens das obras em questão são homens da cidade. Suas vidas estão entregues a um jogo de conexões que engendram uma relação de distúrbio entre a liberdade individual e a força de coesão que rege o processo de inserção do indivíduo na civilização. Parte-se, então, após essa sumária revisão teórica e crítica sobre os laços que unem o sujeito e a cidade, para o estudo do romance citado e para a discussão do tema com base no mesmo.

III - *A Peste*: a impossibilidade diante do incompreensível

Assim escreve Foucault (2003, p.163) sobre as medidas que se faziam necessárias na França do século XVII para o controle sanitário, quando era declarada a peste em uma cidade:

A ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões: a da doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições. Ela prescreve a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e sua morte, a cada um seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta até a determinação final do indivíduo, do que o caracteriza, do que lhe pertence, o do que lhe acontece. Contra a peste que é mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise.

Segundo Foucault, em uma cidade com peste, havia um rígido controle sobre os indivíduos a fim de que se evitasse a propagação da doença. A cidade era fechada e dividida. Para cada rua, havia um *síndico* responsável por vigiar as casas; este estava subordinado ao *intendente*, pessoa responsável pelo quarteirão e pelas chaves das casas da cidade. Cada família deveria ficar exilada em sua própria casa com provisões necessárias para um determinado período de tempo. Ninguém poderia sair, a não ser com permissão das autoridades designadas. Nas ruas, apenas circulavam os intendentess, os síndicos e os soldados da guarda. Caso alguém deixasse sua casa, era punido de morte. Todos deveriam obedecer e se sujeitar a uma constante inspeção. O contato era evitado ao máximo. A entrega de provisões, por exemplo, era feita por pequenos canais de madeira que permitissem que a comida e a bebida chegassem sem o contato entre os fornecedores e os habitantes. Em tempos de peste, todos eram potencialmente suspeitos, exceto, evidentemente, as autoridades constituídas.

Todo um sistema administrativo era realizado para o controle da doença. A vigilância permanente era o código de conduta de um povo que devia obedecer para sobreviver. Todos os dias, o síndico passava na rua por qual era responsável para informar-se do estado de cada pessoa nas casas. Ele chamava as pessoas pelo nome e estas eram obrigadas a dizer a verdade sobre seu estado. Todos tinham que se apresentar à janela e quem assim não o fizesse, o síndico perguntava a razão. Tudo era controlado e registrado a fim de se manter a ordem e a saúde. Além de serem mantidas aprisionadas em suas próprias casas, os moradores precisavam ser conhecidos e reconhecidos. Eram escritos relatórios de forma permanente informando às instâncias de poder o que acontecia nos quarteirões e nas casas. Nas visitas, as mortes, as doenças, as irregularidades e as reclamações eram anotadas e transmitidas aos intendentess e aos magistrados. A vigilância estava em todo o lugar e todos deveriam a ela obedecer. Por meio dela, os corpos eram disciplinados; a lei, severamente realizada. Quem a ela não se submetesse, era tratado como um possuidor da peste, alguém cujo contágio poderia destruir a ordem estabelecida, assim como as autoridades existentes. Por isso, um saber articulado com uma rede eficiente de informações era necessário para a manutenção da ordem e do poder na cidade.

A descrição de Foucault sobre essas medidas traz à baila os mecanismos de controle que se praticavam no século XVII durante a existência de uma peste em uma cidade. Tal concepção implica um mecanismo político de vigilância e manutenção da ordem por meio da apropriação dos corpos e das vontades. Apropriação esta que ocorre por meio de um conjunto de articulações político-administrativas externas ao indivíduo. Ou seja, nessa descrição especificamente, Foucault não trata de um mecanismo ontológico (algo que faz parte da constituição e da identidade humana) a que está subjugado o indivíduo, mas do exercício político do poder em suas diversas possibilidades (a prisão domiciliar, o controle dos quarteirões, os relatórios sobre as casas). Em Camus, essa discussão sobre a apropriação das vontades é realizada por uma interpretação que vai além da dimensão política. Na literatura, Camus problematiza o indivíduo como alguém subordinado ao absurdo, alguém cuja vontade está entregue a um jogo de articulações que não podem entender. É, justamente, baseado nessa assertiva, que se segue logo abaixo a discussão do tema.

Em seu romance *A Peste*, Camus mostra indivíduos cujas vontades estão entregues ao desconhecido. Uma peste muda o ritmo da cidade e inicia uma nova rotina para os habitantes de Oran, cidade costeira situada ao norte da Argélia. Na introdução da obra, a cidade é narrada como um lugar onde os cidadãos dedicam-se a criar hábitos. Oran é mostrada como uma cidade onde a lógica capitalista impera e molda o modo de vida dos cidadãos. Segundo o narrador, os indivíduos trabalham para enriquecer, e tanto a rotina quanto o exercício dessa lógica do dinheiro e da exploração naturalizaram-se: nada se questiona, apenas se faz o que se deve para sobreviver. Oran é uma cidade comum feia, neutra e sem alma, por isso, “apenas no céu se lê a mudança das estações.” (p.7) Os habitantes não refletem, pois não têm tempo. Suas vidas estão submetidas à rotina e à pressa. O amor, para eles, é o hábito e o instinto: “Os homens e as mulheres ou se devoram rapidamente, no que se convencionou chamar ato de amor ou se entregam a um longo hábito a dois.” (p.8) Diante da pressa, a doença é algo inconcebível., pois perturba a ordem vigente: “Em Oran, porém, os excessos do clima, a importância dos negócios, a rapidez do crepúsculo e a qualidade dos prazeres, tudo exige boa saúde.” (ibid.)

Inicialmente, o narrador da história não quer se revelar. Tal mecanismo narrativo é um modo de autorizar a objetividade dos fatos. Esse narrador, que no final da trama se revelará ser o Dr. Bernard Rieux, é alguém capaz de relatar com fidedignidade os fatos ocorridos, pois os testemunhou de perto. No início da narrativa, ele data os acontecimentos e os detalha; o seu trabalho é o de um historiador que visa legar a posteridade a experiência da peste. Além de sua experiência pessoal, ele conta também com as anotações do amigo Jean Tarrou, que mostram os ‘pormenores secundários’ da cidade e a descrição de alguns personagens-chaves na narrativa. Tarrou é descrito por Rieux como o historiador dos que não tem história; ele era o cronista da cidade, um conhecedor e narrador das histórias dos anônimos que vivem em meio à sujeira e ao desconforto de Oran.

Bernard Rieux e Jean Tarrou são homens ‘cansados do mundo’, que vivem a experiência da peste tanto no plano real quanto no simbólico. Enquanto doença física, a peste é a força que obriga o indivíduo a interromper sua rotina e a viver uma reclusão. Durante o período da doença desconhecida, a única comunicação possível eram os telegramas com troca de ‘formulas feitas’ dizendo se tudo estava bem ou mal. Devido ao congestionamento das linhas telefônicas, as ligações foram limitadas a casos mais urgentes. A população estava exilada; os habitantes da cidade eram agora prisioneiros do tempo e da doença. Suas casas eram o lugar de exílio por excelência: a prisão, durante a peste, tornou-se uma coisa pública. O indivíduo nada podia fazer porque estava entregue ao desconhecido, à ordem da doença, da angústia e da solidão. No plano simbólico, a peste pode ser interpretada como a condição a que os seres humanos são submetidos: a solidão em si mesmo, a falta do diálogo e do tempo, a desilusão e a impossibilidade de escolha. No romance de Camus, a propagação da peste ‘física’ parece conscientizar a coletividade da frágil condição do ser humano.

Para um melhor entendimento dessa questão, torna-se importante um olhar crítico sobre a conversa entre Rieux e Tarrou depois de vários acontecimentos na narrativa. O momento da conversa passa-se meses após o começo da peste e depois de várias tentativas frustradas em se encontrar um soro para acabar com ela. Foi em uma dessas tentativas de cura que um menino morre cruelmente diante do olhar de Rieux, Tarrou e vários outros. Todos estão extremamente

cansados e sem esperança; depois de muita luta, a peste continuava cada vez mais cruel aumentando cada dia mais o número de vítimas na cidade. É, exatamente, em tal contexto que Tarrou diz: “Digamos, para simplificar, Rieux, que eu já sofria da peste muito antes de conhecer esta cidade e esta epidemia.” (p.170) Essa afirmação do personagem é fundamental para a discussão do tema da “peste” no plano simbólico. É, por meio dessa afirmação, que o personagem revela o ponto fulcral da reflexão de Albert Camus sobre o homem diante do absurdo do mundo. Tarrou fala de sua vida e da condição humana; depois de compartilhar as lutas da Europa para o estabelecimento de uma ordem mais igualitária, percebe a inutilidade de seus esforços. Ele acreditava que a morte de alguns poderia salvar o mundo até ver de perto um homem ser fuzilado. Nesse momento, ele contemplou o horror, viu que as ações dos homens neste mundo desencantado tendem somente o ampliar o sofrimento e a desigualdade. Por isso, ele diz: “Não se deve impedir as pessoas decentes de dormir.” (p.174) Tarrou se assume um empestado porque nada pode fazer além de contemplar o horror. Seus esforços antes e durante a peste são apenas pequenos focos de resistência adiando o inevitável: diante da peste todos os homens sucumbem, estando entregues a um conjunto de forças que não pode entender.

Assim, assumir a peste é afirmar a fragilidade da condição humana e a sua impotência diante do absurdo da realidade. Para Tarrou, há pessoas que não reconhecem a peste; há aquelas que se sentem bem com ela e há outras que querem sair de tal estado. O personagem em questão se enquadra neste último caso, por isso, o sofrimento e a contradição. Tarrou (e também Rieux) é um homem que não acredita em Deus, mas que busca a santidade. Ele não possui o ‘sentimento oceânico’ descrito por Freud em *O mal estar da civilização*, isto é, um sentimento de ligação ou re-ligação com o divino. Contudo, ele busca uma vida melhor na civilização que o gerou. Na sua concepção, ele luta e nada consegue, pois como diz o próprio personagem: “o que é natural é o micróbio” (p.175). Diante dessa realidade de doenças e sofrimento, a ordem natural sustenta-se no aumento das vítimas e no exílio em si mesmo. Ninguém está isento da peste, mesmo assim, Tarrou, apesar da ausência de esperança, continua sua busca pela paz. Ele luta até o fim, mesmo sabendo que talvez possa já ter perdido antes de começar a resistência.

Essa luta por uma civilização melhor, onde a decadência e a barbárie não imperem absolutas, é também (e principalmente) corporificada pelo personagem Bernard Rieux. O médico diz ter aprendido a ver mais objetivamente a vida com a miséria. Ele se diz testemunha do horror ao ter testemunhado durante toda sua vida várias pessoas agonizarem e morrerem. Ele também não acredita em Deus, mas age em prol da vida. Ele luta contra a morte e contra o micróbio, apesar de também estar 'cansado do mundo'. Sua mulher está longe realizando um tratamento de saúde; sua única companheira em Oran é a peste e as vítimas desta. Rieux nada pode fazer perante a doença cuja causa, nem o nome ele sabe. Na realidade em que vive, a doença sem nome corrobora um estado de anonimato da massa e do indivíduo inserido nela. Diante desse indivíduo anônimo, ele só pode esperar a morte: ou a sua ou da pessoa de quem trata. Dessa forma, Rieux torna-se o arquétipo, ao mesmo tempo, da contracultura e da impossibilidade de vitória. Nem pela racionalidade científica, nem pelos seus esforços físicos, ele vence o que não pode compreender. Já no final de sua narrativa, não há mais a descrição detalhada dos fatos (ele apenas relata os meses e não o dia relacionado ao acontecimento como no início do romance), mas somente um indivíduo exausto de tanto luta e de tanto sofrimento. Inserido em uma conjuntura contraditória e desleal, a marcação dos dias parece não ser mais importante.

Para Camus, a cidade empestada é o *locus* da impossibilidade; é o lugar onde o sujeito é conduzido por forças que ele não pode controlar. Na cidade, o sujeito é reificado: sua vida é permeada por instâncias de dominação que agem no plano político e na sua própria relação com o outro e com o mundo. Freud, no texto acima citado, diz que são três as fontes de sofrimento do ser humano: o corpo, o mundo e os relacionamentos com as pessoas. Em *A peste*, essas três dimensões do sofrimento humanos são contempladas. Na obra de Camus, o ser humano é o corpo fragilizado pela natureza, pela lógica do capitalismo e pelo conflito das relações humanas. A doença ataca o corpo e limita o sujeito em suas ações. Entretanto, mais do que o aspecto físico, há também a lógica de organização civilizatória que torna os homens escravos uns dos outros e que restringe suas escolhas e sua felicidade. Inserido nessa realidade de

conflitos, a alteridade é, muitas vezes, para o indivíduo fonte de perturbação e afastamento de si mesmo.

IV - Conclusão

Esta obra de Camus mostra a cidade como um lugar de experiência inautêntica ou, como reflete Bueno (2000), do *mal-estar*. Segundo o pensador, o mal-estar acompanha, desde sempre, a formação e a expansão das sociedades urbanas e industriais criadas pelo capitalismo. Para ele, a metrópole é o mundo desencantado, resultado da experiência da violência, da alienação, da impessoalidade, do empobrecimento dos vínculos culturais, afetivos e familiares. Essa é, exatamente, a imagem de Oran. Esta, na verdade, pode ser vista como a imagem de toda sociedade urbana, onde a experiência fragmenta o indivíduo e o coloca à deriva, ou seja, sob o domínio de um cotidiano que desumaniza e que não permite um uso consciente da vontade.

Por fim, os personagens de *A Peste* são pessoas desencantadas com a realidade da civilização. Eles são sujeitos estranhos ao mundo e a si mesmos. Isto porque a realidade onde vivem os submetem a leis opressoras e à construção de identidades fragmentadas. A própria civilização que forma o indivíduo também o conduz a uma ligação conflituosa com o mundo. Rieux e Tarrou são homens que lutam sem esperança; são pessoas cujas vontades estão entregues à manifestação de uma doença desconhecida. Doença esta que no plano simbólico pode ser entendida como todas as conjunturas da vida humana que levam o indivíduo a um conjunto de ações que o afastam de si mesmo, que o alienam, que o tornam um simples jogo diante dos acontecimentos. A peste pode ser tanto algo que atinge o corpo e que também configura o modo de agir humano. Na civilização, as limitações não são apenas biológicas, mas se corroboram de forma permanente na relação do indivíduo com o outro. A aparente ordem da civilização esconde a configuração de um ser humano triste, cansado e sem esperança. Na aparição da peste, tudo isso vem à tona. Ao narrar os acontecimentos da peste que se manifesta no plano físico, Camus esmiuça os limites da civilização: homens desejosos de mudança, mas

que se sentem incapazes diante do desconhecido. Suas ações tornam-se apenas produtos das circunstâncias e seus sentimentos tem sempre que ser deixados de lado.

V – Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BARROSO, Ivo (org). **Charles Baudelaire: poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BUENO, André. Sinais da Cidade. In: LIMA, Rogério & FERNANDES, Ronaldo Costa (orgs.) **O imaginário da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CAMUS, Albert. **A peste**. Trad. Valerie Rumjanek. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

ELIAS, N. Sugestões para uma teoria dos processos civilizadores. Trad. Ruy Jungmann. In: **Formação de estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado e outros. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago ed., 1974.